

Hospital São Lucas S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente



Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balanços patrimoniais	8
Demonstrações de resultados	9
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



Relatório da Administração

Mensagem da Administração

A Hospital São Lucas S.A. faz parte do Grupo Hapvida NotreDame Intermédica. O Grupo possui uma rede de hospitais e clínicas que tem um modelo verticalizado, combinando oferta de planos de saúde com atendimento realizado preferencialmente em rede própria, constituindo um grande diferencial para os seus beneficiários. A Cultura do Grupo Hapvida NotreDame Intermédica valoriza a excelência operacional, o controle de custos, a inovação e, sobretudo, a qualidade assistencial.

➤ Capacidade Financeira

A Companhia finaliza o ano de 2024 com R\$ 474.509,99 mil em caixa (R\$ 2.831.021,88 milhões em 2023) localizado principalmente em Caixa e equivalentes de caixa.

➤ Performance do resultado

Nossa receita líquida anual alcançou R\$ 60.782.016,26 milhões em 2024 (R\$ 68.828.528,21 milhões em 2023), uma redução de 13,24% em comparação ao exercício anterior.

Os custos dos serviços prestados totalizaram R\$ 75.435.739,24 milhões em 2024 (R\$ 69.393.752,75 milhões em 2023), um aumento de 8,01% quando comparado ao exercício anterior.

As despesas administrativas totalizaram R\$ 239.401,55 mil em 2024 (R\$ 6.339.243,43 milhões em 2023), apresentando um crescimento de 2747,96% em comparação com o exercício anterior.

O resultado financeiro totalizou R\$ 879.320,25 mil em 2024 (R\$ 605.724,22 mil em 2023), apresentando um aumento de 31,11% em comparação com o exercício anterior.

O prejuízo líquido totalizou R\$ 5.205.465,27 milhões em 2024 em comparação ao lucro líquido de R\$ 4.237.309,66 milhões em 2023.

➤ Investimentos em Sociedades Coligadas e Controladas

A Companhia não possuiu investimentos em sociedades coligadas ou controladas.

➤ Endividamento

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possuía empréstimos e financiamentos a pagar.

➤ Declaração sobre capacidade financeira

A Companhia dispõe e tem capacidade financeira suficiente para cumprir as obrigações, junto a seus fornecedores.

➤ Política de destinação dos lucros

A política de reinvestimento de lucros e distribuições está de acordo com a Lei no 6.404/76 (Sociedade por Ações) e com o estatuto social da Companhia.

➤ Declaração de não ocorrência

Para fins de atendimento ao disposto no inciso III do art. 11da Lei no 9.613, de 3 de março de 1998, comunicamos a não ocorrência, no período indicado abaixo, de propostas, transações ou operações passíveis de serem comunicadas ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.



➤ **Considerações finais**

A Companhia, e o Grupo Hapvida NotreDame Intermédica do qual ela faz parte, tem usado toda a experiência de mais de 40 anos de gestão médico-hospitalar para minimizar possíveis impactos em suas operações e continuar cuidando dos clientes e colaboradores com o acolhimento de sempre.

A Administração da Companhia reitera que confia no seu modelo de negócio e está certa de que todas as conquistas de 2024 são frutos de um trabalho em conjunto de pessoas engajadas e inspiradas. A todos os colaboradores, prestadores médicos e odontológicos, parceiros de negócios, demais stakeholders e, principalmente, aos clientes que fizeram parte de cada uma dessas conquistas a administração agradece!

Administração.



AUDIOESP

AUDITORIA E CONSULTORIA

Código CVM 7218
CRC nº 2SP013587/O-8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

À
HOSPITAL SÃO LUCAS S.A.
Americana – São Paulo
CNPJ N.º 43.254.267/0001-18

Opinião.

Examinamos as demonstrações contábeis da entidade **HOSPITAL SÃO LUCAS S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade **HOSPITAL SÃO LUCAS S.A.**, em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos.

As demonstrações contábeis da entidade **HOSPITAL SÃO LUCAS S.A.**, em 31 de dezembro de 2023 foram por nós auditadas, para as quais foi emitido Relatório dos Auditores Independentes, sem ressalva, datado de 18 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor.

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da administração.

AUDIOESP

AUDITORIA E CONSULTORIA

Código CVM 7218
CRC nº 2SP013587/O-8

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis.

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente e causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a **entidade** continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a **entidade** ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da **entidade** são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de

AUDIOESP

AUDITORIA E CONSULTORIA

Código CVM 7218
CRC nº 2SP013587/O-8

erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da **entidade**.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da **entidade**. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a **entidade** a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 24 de fevereiro de 2025.

JAMIR TOMAZ
OLIVEIRA:72014954887

AUDIOESP – Auditoria e Consultoria S.S.
CRC nº. 2SP013587/O-8
CVM nº. 7218

Assinado de forma digital por
JAMIR TOMAZ
OLIVEIRA:72014954887
Dados: 2025.02.24 14:15:49 -03'00'

Jamir Tomaz Oliveira
CRC nº. 1SP100506/O-8
CNAI nº. 1300

Hospital São Lucas S.A.

Balço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Expresso em Reais)

	Notas	31 de dezembro de	
		2024	2023
Ativo			
Circulante		28.493.063,08	30.092.953,39
Caixa e equivalentes de caixa		474.509,99	2.831.021,88
Contas a receber de clientes	5	24.934.440,58	24.596.960,54
Estoques	6	1.160.359,91	944.218,95
Créditos tributários e previdenciários	7	1.916.677,99	1.689.236,79
Outros ativos	8	7.074,61	31.515,23
Não circulante		46.627.361,11	38.833.482,02
Realizável a longo prazo		25.674.318,04	17.185.590,89
Impostos diferidos ativo	9	192.589,44	99.001,73
Depósitos judiciais e fiscais		22.975,61	-
Outros ativos		25.458.752,99	17.086.589,16
Investimentos		53.783,34	53.183,34
Imobilizado	10	20.763.213,91	21.439.133,05
Intangível	11	136.045,82	155.574,74
Total do ativo		75.120.424,19	68.926.435,41
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		11.038.047,41	50.427.111,34
Fornecedores	12	196.495,01	194.255,55
Salários a pagar	13	4.187.156,73	3.635.376,19
Tributos e encargos sociais a recolher	14	1.254.872,18	1.262.840,71
Outros passivos	15	5.399.523,49	45.334.638,89
Não circulante		20.996.832,17	13.458.314,19
Impostos diferidos passivos	9	100.844,14	100.844,14
Provisões para ações judiciais	16	15.576.736,27	13.582.443,14
Outros passivos	15	5.319.251,76	(224.973,09)
Patrimônio líquido	17	43.085.544,61	5.041.009,88
Capital social		53.650.000,00	10.400.000,00
Ajuste de avaliação patrimonial		3.038.677,96	3.038.677,96
Prejuízos acumulados		(13.603.133,35)	(8.397.668,08)
Total do passivo e do patrimônio líquido		75.120.424,19	68.926.435,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Hospital São Lucas S.A.
 Demonstração do Resultado do Exercício
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Expresso em Reais)

	Nota	31 de dezembro de	
		2024	2023
Receita operacional líquida	18	60.782.016,26	68.828.528,21
Custos dos serviços prestados	19	(75.435.739,24)	(69.393.752,75)
Lucro Bruto		(14.653.722,98)	(565.224,54)
Despesas administrativas	20	(239.401,45)	6.339.243,43
Reversão/Constituição de perda para recuperabilidade sobre créditos		(2.693,96)	-
Outras receitas, líquidas	21	8.717.445,16	227.871,06
Resultado antes do resultado financeiro		(6.178.373,23)	6.001.889,95
Resultado financeiro, líquido	22	879.320,25	605.724,22
Receitas financeiras		1.026.760,21	695.608,87
Despesas financeiras		(147.439,96)	(89.884,65)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(5.299.052,98)	6.607.614,17
Imposto de renda e contribuição social - correntes	9	-	368.669,95
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	9	93.587,71	(2.738.974,46)
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(5.205.465,27)	4.237.309,66

Hospital São Lucas S.A.
 Demonstração do Resultado Abrangente
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Expresso em Reais)

	31 de dezembro de	
	2024	2023
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(5.205.465,27)	4.237.309,66
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	(5.205.465,27)	4.237.309,66

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital São Lucas S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Expresso em Reais)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Ajuste de avaliação patrimonial</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2022		10.400.000,00	3.038.677,96	(12.634.977,74)	803.700,22
Lucro líquido do exercício		-	-	4.237.309,66	4.237.309,66
Saldo em 31 de dezembro de 2023		10.400.000,00	3.038.677,96	(8.397.668,08)	5.041.009,88
Aumento de capital	17	43.250.000,00	-	-	43.250.000,00
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(5.205.465,27)	(5.205.465,27)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		53.650.000,00	3.038.677,96	(13.603.133,35)	43.085.544,61

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital São Lucas S.A.
Demonstração de Fluxo de Caixa
Exercícios findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Expresso em Reais)

	Notas	31 de dezembro de	
		2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		(5.205.465,27)	4.237.309,66
Depreciação e amortização	10 e 11	1.080.552,30	1.064.000,00
Atualização monetária contingência	16	11.271,40	1.484.000,00
Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido	9	(93.587,71)	2.370.000,00
Perda efetiva com crédito de liquidação duvidosa	5	2.694,50	-
Provisão/(Reversão) de perdas com créditos de liquidação duvidosa	5	1.827.999,90	-
Outros		-	(522,91)
		(2.376.534,88)	9.154.786,75
Variação dos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes	5	(2.168.174,44)	1.548.000,00
Estoques	6	(216.140,96)	143.231,00
Créditos tributários e previdenciários	7	(227.441,20)	(50.999,00)
Impostos diferidos ativos	9	-	2.738.976,00
Depósitos judiciais e fiscais		(22.975,61)	-
Outros ativos	8	(8.347.723,21)	(14.151.896,00)
Investimentos		(600,00)	-
Fornecedores	12	2.239,46	7.414,00
Salários a pagar	13	551.780,54	481.091,00
Provisões para ações judiciais	16	1.983.021,73	(53.464,00)
Arrendamento mercantil		-	4.873.758,00
Outros passivos	15	(34.390.890,55)	46.785,00
		(42.836.904,24)	(4.417.104,00)
Caixa (consumido)/gerado pelas atividades operacionais		(44.007.424,56)	4.737.682,75
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(1.213.983,09)	(2.743.481,00)
Fluxo de caixa líquido (consumido)/gerado pelas atividades		(45.221.407,65)	1.994.201,75
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	10	(385.104,24)	(1.727.000,00)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		(385.104,24)	(1.727.000,00)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital	17	43.250.000,00	-
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		43.250.000,00	-
(Redução)/Aumento líquida (o) de caixa e equivalentes de caixa		(2.356.511,89)	267.201,75
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício		2.831.021,88	2.563.820,13
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício		474.509,99	2.831.021,88

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hospital São Lucas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Expresso em Reais)

1. Contexto Operacional

O Hospital São Lucas S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações de capital fechado., domiciliada no Brasil com sede na cidade de Americana, no estado de São Paulo, localizada na Avenida Brasil nº263, Bairro Medon. A finalidade da sociedade consiste em gerir as atividades em sua unidade hospitalar e outros estabelecimentos que venha a fundar, prestando todos os serviços compatíveis com seus objetivos. A Companhia foi constituída em 2 de outubro de 2000, esteve em período pré-operacional até 31 de outubro de 2002, efetuando a adequação do Hospital Lifecenter para o atendimento ao público.

A Assembleia Geral Extraordinária (AGE) realizada em 24 de junho de 2022, foi aprovado a conversão da associação em sociedade por ações, sem solução de continuidade das atividades até então desenvolvidas e se mantendo todos os direitos e obrigações que compõe o seu patrimônio. E aprovação da nova denominação social que passou a ser, Hospital São Lucas S.A, em razão da conversão.

A composição acionária da Companhia é apresentada conforme disposto a seguir:

Acionista	Quantidade de ações	(%) Participação
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	261.478	97,47%
São Lucas Saúde S.A.	406	0,15%
Não controlador	6.370	2,38%

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 24 de fevereiro de 2025.

2. Outros assuntos
2.1 Riscos atrelados as mudanças climáticas

A Companhia promoveu um estudo de riscos e oportunidades climáticas considerando os horizontes temporais de 2030 e 2050, avaliando os principais riscos físicos associados ao aquecimento global e os efeitos das mudanças climáticas no aumento da demanda por serviços de saúde, considerando o curto, médio e longo prazo, objetivando obter melhor compreensão e informações técnicas para auxiliar a tomada de decisão em planos de adaptação às mudanças climáticas.

Entre os aspectos identificados no estudo, destaca-se os possíveis impactos de eventos climáticos extremos nas unidades e instalações e os desdobramentos da mudança do clima na saúde das populações e na busca por atendimento médico.

A Companhia trabalha para mitigar os riscos à integridade física das unidades, levando em consideração no planejamento de obras e reformas a ocorrência de tempestades, inundações, ciclones e granizo.

Em determinados casos, é avaliada ainda a possibilidade de mudança de endereço de um ativo diante da impossibilidade de adequação da infraestrutura para um atendimento dentro dos padrões de segurança e qualidade estabelecidos. Além disso, as apólices de seguros da Companhia incluem cobertura para eventos extremos.

O aumento de casos de doenças respiratórias decorrentes da queda de temperatura ou aumento da poluição, doenças cardiovasculares pelo aumento da temperatura e doenças limitadas a certas áreas geográficas (como a dengue, cujo vetor está relacionado ao acúmulo de água e pode ser impactado pelo regime de chuvas) são monitorados de forma recorrente pela Companhia.



Hospital São Lucas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Expresso em Reais)

Por fim, são realizados investimentos constantes na diversificação geográfica das unidades assistenciais, em programas de medicina preventiva e em ações educativas e de conscientização nos canais de comunicação.

Até 31 de dezembro de 2024, não foram identificados pela Administração da Companhia impactos relevantes decorrentes de riscos atrelados a mudanças climáticas nas demonstrações financeiras intermediárias da Companhia, no que tange a: i) *impairment* de ativos não financeiros; ii) instrumentos financeiros; iii) Provisões e passivos contingentes; iv) mensurações de valor justo; v) impostos diferidos; vi) julgamentos e estimativas relevantes; ou de quaisquer outros impactos.

2.2 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma sub-nacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma, a ser sancionado pelo presidente da República.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS) tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar.

Não houve qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras da Companhia.

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras**3.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior



Hospital São Lucas S.A.*Notas explicativas às demonstrações financeiras**Exercício findo em 31 de dezembro de 2024**(Expresso em Reais)*

complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras., estão divulgadas na nota 4.

3.2 Conversão de moeda estrangeira*Moeda funcional e moeda de apresentação*

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do período, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado na rubrica “Resultado financeiro”.

3.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração registre determinados ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas, poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras, devido ao tratamento de apuração inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 05** – Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.
- **Nota explicativa nº 09** – Imposto de renda e contribuição social diferidos: realização e disponibilidade de lucro tributável futura contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizadas.

Incertezas sobre premissas e estimativas críticas

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são efetuadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possam resultar em um resultado real diferente do estimado estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 05** – Provisão para perda do valor recuperável do contas a receber. Reconhecimento e mensuração da provisão ao valor recuperável do contas a receber de clientes.



Hospital São Lucas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Expresso em Reais)

- **Nota explicativa nº 10** – Revisão de vida útil econômica de bens do ativo imobilizado. Determinação da vida útil estimada dos bens e, conseqüentemente, da taxa de depreciação a ser utilizada nos cálculos e registro contábeis no resultado do exercício.
- **Nota explicativa nº 16** – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas. A Companhia é parte em demandas administrativas e judiciais de naturezas trabalhistas, tributárias e cíveis, na qual constitui provisões contábeis em relação às demandas com probabilidade de perda provável. A avaliação da probabilidade de perda é realizada através da avaliação de evidências disponíveis, hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como as opiniões de seus consultores jurídicos.
- **Nota explicativa nº 09** – Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

(c) Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle para mensuração do valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, que discute as estratégias para estabelecer a composição da carteira de investimentos no Comitê de Finanças.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos estabelecidos das normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

4. Principais políticas contábeis

A Companhia aplica as políticas contábeis descritas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, saldo indicação contrária.

4.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor.



Hospital São Lucas S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Expresso em Reais)

4.2 Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade, passivo financeiro ou instrumento patrimonial em outra entidade.

Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: valor justo por meio do resultado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou custo amortizado.

A Companhia reconhece inicialmente seus ativos e passivos financeiros pelo seu valor justo, que normalmente é seu valor de transação, mais ou menos custos de transação diretamente atribuíveis a aquisição, com exceção aos custos de transações dos instrumentos financeiros classificados ao valor justo por meio do resultado que deverão ser reconhecidos diretamente no resultado.

Após o reconhecimento inicial a Companhia avaliou as características dos fluxos de caixa contratuais e classificou seus instrumentos financeiros, determinando seu modelo de negócio para garantir a gestão de seus instrumentos financeiros.

A Companhia avalia as variáveis relacionadas a existência de perda no valor recuperável e, conseqüentemente, registra contabilmente a perda estimada do ativo.

4.3 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os requerimentos de avaliação da redução ao valor recuperável de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada. As principais mudanças na política contábil para redução ao valor recuperável estão listadas abaixo.

O modelo de perda de crédito esperada inclui o uso de informações prospectivas e a classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1 - Perda de crédito esperada para 12 meses: representa os eventos de inadimplência possíveis dentro de 12 meses. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito.
- Estágio 2 - Perda de crédito esperada ao longo da vida do instrumento financeiro: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados sem problemas de recuperação de crédito cujo risco de crédito aumentou significativamente.
- Estágio 3 - Perda de crédito esperada para ativos com problemas de recuperação: considera todos os eventos de inadimplência possíveis. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito. A mensuração dos ativos classificados neste estágio se difere do estágio 2 pelo reconhecimento da receita de juros aplicando-se a taxa de juros efetiva ao custo amortizado (líquido de provisão) e não ao valor contábil bruto. Um ativo migrará de estágio à medida que seu risco de crédito aumentar ou diminuir. Dessa forma, um ativo financeiro que migrou para os estágios 2 e 3 poderá voltar para o estágio 1, a menos que tenha sido originado ou comprado com problemas de recuperação de crédito.

A Companhia reconhece para seus ativos classificados ao custo amortizado uma provisão referente à perda de crédito esperada. Essa avaliação é realizada prospectivamente e está baseada em dados históricos. Além disso, avalia mensalmente essas variações do risco de crédito dos ativos financeiros e, caso não haja aumento significativo do risco de crédito, deverá ser reconhecida a perda de crédito para o saldo, em aberto, para os próximos 12 meses. Caso for identificado que houve aumento significativo do risco de crédito a perda é reconhecida tomando por base o montante total, em aberto, para o período total da vida do instrumento financeiro.



Hospital São Lucas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Expresso em Reais)

4.4 Perda de recuperabilidade sobre créditos

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos e da perda de recuperabilidade esperada. A perda de recuperabilidade esperada é estabelecida quando existe uma evidência provável de que a Companhia não será capaz de receber todos os valores devidos. O valor da perda é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

4.5 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários decorrentes de operações de longo prazo, ou de curto prazo, são ajustados a valor presente, quando relevantes em relação às Demonstrações Financeiras.

4.6 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelos serviços hospitalares prestados a seus clientes no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para crédito de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "Impairment").

4.7 Estoques

Os estoques são demonstrados pelo custo médio ou ao valor líquido de realização, dos dois, o menor. O método de avaliação dos estoques é o do custo médio ponderado. O custo é determinado pelo método de avaliação dos estoques usando-se o custo médio ponderado e, em geral, compreendem os materiais de utilização na operação da Companhia (órgãos e próteses, materiais hospitalares, medicamentos, materiais de consumo etc.).

4.8 Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são aqueles que se promovem em juízo em conta bancária vinculada a processo judicial, sendo realizados em moeda corrente com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação.

Em algumas situações, a Companhia questiona a legitimidade de ações judiciais e por estratégia da administração ou por ordem judicial valores são depositados em juízo sem a caracterização de liquidação do passivo, proporcionando à Companhia o questionamento das ações.

Os depósitos são atualizados monetariamente de acordo com as regras específicas de cada tribunal e, como são utilizados como garantia, podem ser levantados pela parte vencedora. Assim, se a Companhia não obtiver êxito no processo, os valores depositados serão convertidos em renda da Fazenda Pública ou utilizados para deduzir o valor do passivo correspondente, caso houver. Do contrário, se a decisão for favorável à Companhia, há possibilidade de resgate dos depósitos.



Hospital São Lucas S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
 (Expresso em Reais)

4.9 Imobilizado

Os itens que compõe o imobilizado são demonstrados ao custo, líquido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver. Esse custo inclui o custo de reposição do ativo imobilizado e custos de financiamentos para projetos de construção de longo prazo se os critérios de reconhecimento forem atendidos. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada com base no método linear das vidas úteis estimadas dos ativos, conforme apresentado a seguir:

	<u>Vida útil em anos</u>	<u>Taxa média de depreciação - % a.a.</u>
Terrenos e imóveis	25 a 50	2%
Instalações	5 a 10	14%
Máquinas e equipamentos	1 a 25	14%
Móveis e utensílios	1 a 15	10%
Equipamentos de computação	1 a 15	25%

A Companhia revisa o valor residual, a vida útil dos ativos e métodos de depreciação no encerramento de cada exercício e os ajudam de forma prospectiva, quando for o caso.

Um item do imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

4.10 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

A Administração efetua a análise do valor de recuperação dos ativos não financeiros, com a finalidade de (i) verificar se há perda por redução ao valor de recuperação (*impairment*), e (ii) medir a eventual perda por redução ao valor de recuperação de ativos existentes, com o objetivo de constituir provisão para perdas, quando aplicável, por redução ao valor de recuperação.

4.11 Intangível

As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Hospital, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o software para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o software e usá-lo ou vendê-lo.
- O software pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o software gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o software.
- O gasto atribuível ao software durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das



Hospital São Lucas S.A.*Notas explicativas às demonstrações financeiras**Exercício findo em 31 de dezembro de 2024**(Expresso em Reais)*

despesas diretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida-útil estimada, não superior a cinco anos.

4.12 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, na extensão em que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e
- Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial do ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e suas subsidiárias individualmente.



Hospital São Lucas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Expresso em Reais)

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Não foram realizadas reduções aos ativos fiscais diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Operadora espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Implementação global das regras do modelo “Pilar Dois” da OCDE

Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (“OCDE”) divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional de forma a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem imposto sobre o lucro mínimo efetivo à taxa de 15%. A alíquota efetiva de impostos sobre o lucro de cada país, calculada nesse modelo, foi denominada “GloBE effective tax rate” ou alíquota efetiva GloBE. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação local de cada país, sendo que alguns já promulgaram novas leis ou estão em processo de discussão e aprovação. A aplicação das regras e a determinação do impacto serão provavelmente muito complexos, o que coloca uma série de desafios práticos.

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações de escopo ao IAS 12, “Tributos sobre o Lucro” para permitir isenção temporária na contabilização de impostos diferidos decorrentes de legislação promulgada ou substancialmente promulgada da implementação do Pilar Dois da OCDE.

Até a presente data, o Brasil ainda não endossou as regras do modelo Pilar Dois em sua legislação local. A Companhia espera não ser materialmente afetada por essas regras.

4.13 Provisões

Provisões são reconhecidas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva), como consequência de um evento passado, uma indicação provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos tributos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

(i) Provisões para ações judiciais

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.



Hospital São Lucas S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Expresso em Reais)

(ii) *Contratos onerosos*

Se a Companhia possui um contrato que é oneroso, a obrigação presente do contrato é reconhecida e mensurada como uma provisão. No entanto, antes que uma provisão separada para um contrato oneroso seja estabelecida, a Companhia reconhece qualquer perda por redução ao valor recuperável que tenha ocorrido em ativos dedicados a esse contrato.

Um contrato oneroso como um contrato em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se espera que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato e este é determinado com base:

- No custo de cumprir o contrato; ou
- No custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento dos contratos; dos dois, o menor.

O custo para cumprir um contrato compreende os custos diretamente relacionados ao contrato (por exemplo, custos incrementais) e uma alocação de outros custos diretamente associados às atividades do contrato.

4.14 Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. A Companhia avalia se os contratos celebrados são ou contém elementos de arrendamentos, e reconhece os direitos de uso dos ativos arrendados e passivo para o fluxo futuro dos contratos celebrados, são eles aqueles que transmitem o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado por determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros incremental calculada pela companhia. A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar.

A Companhia é arrendatária de diversos ativos, incluindo imóveis, equipamentos hospitalares e equipamentos de TI.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando: há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa; há alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual; a Companhia altera sua avaliação se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão; há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.



Hospital São Lucas S.A.*Notas explicativas às demonstrações financeiras**Exercício findo em 31 de dezembro de 2024**(Expresso em Reais)*

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Arrendamento de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia não reconhece ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de tecnologia da informação. A Companhia reconhece os pagamentos associados a esses arrendamentos como uma despesa, de forma linear pelo prazo do arrendamento.

4.15 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo, amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

4.16 Obrigações trabalhistas e sociais

Os salários e encargos sociais são contabilizados pelo regime de competência e estão registrados no resultado do exercício e nas demonstrações financeiras.

De acordo com legislação vigente, os valores de férias devidas a funcionários estão provisionados de forma proporcional ao período aquisitivo e incluem os encargos sociais.

4.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A Companhia reconhece um passivo para pagamento de dividendos quando essa distribuição é autorizada e deixa de ser uma opção da Companhia ou, ainda, quando previsto em Lei. Conforme legislação societária vigente, uma distribuição é autorizada quando aprovada pelos acionistas e o montante correspondente é diretamente reconhecido no patrimônio líquido. A legislação societária estabelece ainda o requerimento de pagamento de um dividendo mínimo obrigatório, após efetuados os ajustes ao lucro auferido no exercício e destinação das reservas também previstas no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas.

4.18 Reconhecimento de receita**Receita com prestação de serviços**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços hospitalares e ambulatoriais no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as suas atividades.



Hospital São Lucas S.A.
 Notas explicativas às demonstrações financeiras
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
 (Expresso em Reais)

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

4.19 Reconhecimento dos custos dos serviços prestados

Os custos com serviços prestados são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos.

5. Contas a receber de clientes

Os créditos a receber estão apresentados da seguinte maneira:

	<u>31 de dezembro de</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Créditos de operações de assistência à saúde não relacionados com planos de saúde da Operadora	26.762.440,48	26.424.960,44
(-) Perda de recuperabilidade sobre créditos	<u>(1.827.999,90)</u>	<u>(1.827.999,90)</u>
	<u>24.934.440,58</u>	<u>24.596.960,54</u>

a) Abertura do saldo de contas a receber - créditos de operações não relacionados com plano de saúde.

	<u>31 de dezembro de 2024</u>		
	<u>Saldo</u>	<u>Perda de recuperabilidade sobre créditos</u>	<u>Saldo líquido</u>
<u>A vencer:</u>			
De 1 a 30 dias	1.685.179,39	(586.102,07)	1.099.077,32
<u>Vencidos:</u>			
De 1 a 30 dias	3.218.605,19	-	3.218.605,19
De 31 a 90 dias	3.538.874,19	-	3.538.874,19
Acima de 90 dias	18.319.781,71	(1.241.897,83)	17.077.883,88
	<u>26.762.440,48</u>	<u>(1.827.999,90)</u>	<u>24.934.440,58</u>

	<u>31 de dezembro de 2023</u>		
	<u>Saldo</u>	<u>Perda de recuperabilidade sobre créditos</u>	<u>Saldo líquido</u>
<u>A vencer:</u>			
De 1 a 30 dias	5.262.879,17	(586.102,07)	4.676.777,10
Acima de 30 dias	2.801.678,95	-	2.801.678,95
<u>Vencidos:</u>			
De 1 a 30 dias	87.765,82	-	87.765,82
De 31 a 90 dias	801.733,69	-	801.733,69
Acima de 90 dias	17.470.902,81	(1.241.897,83)	16.229.004,98
	<u>26.424.960,44</u>	<u>(1.827.999,90)</u>	<u>24.596.960,54</u>



Hospital São Lucas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Expresso em Reais)

b) Movimentação do contas a receber

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Saldo no início do exercício	24.596.960,54	26.145.627,93
Receitas de assistência à saúde não relacionadas com planos de saúde da Operadora	65.951.600,08	73.730.458,92
Recebimentos	(65.611.425,54)	(75.279.126,31)
(-) Perda efetiva com créditos	(2.694,50)	-
Saldo no final do exercício	24.934.440,58	24.596.960,54

6. Estoques

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Medicamentos	1.160.359,91	944.218,95
	1.160.359,91	944.218,95

7. Créditos Tributários e Previdenciários

Os créditos tributários e previdenciários estão compostos da seguinte forma:

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Imposto de renda	1.425.034,65	1.145.213,71
Contribuição social sobre o lucro	491.242,19	543.621,93
Créditos de PIS e COFINS	401,15	401,15
	1.916.677,99	1.689.236,79

8. Outros ativos

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Adiantamento a fornecedores	5.367,61	29.808,23
Bloqueios judiciais	13.500,00	13.500,00
Ativos indenizatórios	25.445.252,99	17.073.089,16
Outros (i)	1.707,00	1.707,00
	25.465.827,60	17.118.104,39
Circulante	7.074,61	31.515,23
Não Circulante	25.458.752,99	17.086.589,16

(i) Saldo constituído de valores de outros créditos a receber.



Hospital São Lucas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Expresso em Reais)

9. Imposto diferidos
a) Movimentação

	31 de dezembro de 2022	Reconhecido na demonstração do resultado	31 de dezembro de 2023	Reconhecido na demonstração do resultado	31 de dezembro de 2024
Créditos tributários ativos sobre					
<u>diferenças temporárias originárias de:</u>					
Provisões para ações judiciais	2.214.624,78	(2.176.637,68)	37.987,10	23.001,30	60.988,40
Provisão para perdas sobre crédito	621.519,97	-	621.519,97	2.827,60	624.347,57
Outras adições	1.831,45	(562.336,78)	(560.505,33)	67.758,80	(492.746,53)
Impostos diferidos ativos	<u>2.837.976,20</u>	<u>(2.738.974,46)</u>	<u>99.001,74</u>	<u>93.587,70</u>	<u>192.589,44</u>
Débitos tributários passivos sob					
<u>temporárias originárias de:</u>					
Outras exclusões	100.844,14	-	100.844,14	-	100.844,14
Impostos diferidos passivos	<u>100.844,14</u>	<u>-</u>	<u>100.844,14</u>	<u>-</u>	<u>100.844,14</u>
Total do imposto diferido líquido	<u>2.938.820,34</u>	<u>(2.738.974,46)</u>	<u>199.845,88</u>	<u>93.587,70</u>	<u>293.433,58</u>

b) Expectativa de realização dos tributos diferidos

Abaixo são apresentados os prazos de expectativa para as realizações dos tributos diferidos líquidos da Companhia, baseados em projeções que podem sofrer alterações no futuro. O período de liquidação ou realização de tais diferenças é impreciso e está vinculado a diversos fatores que não estão sob o controle da Administração.

2025	9.174,53
2026	9.174,53
2027	9.174,53
2028	9.174,53
2029	9.174,53
Acima de 5 anos	45.872,65
	<u>91.745,30</u>

Hospital São Lucas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Expresso em Reais)

c) Conciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social reconhecidos no resultado

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Prejuízo antes dos impostos	(5.299.052,98)	6.607.614,17
À alíquota fiscal de 34%	1.801.678,01	(2.246.588,82)
Despesas Indedutíveis	(915,95)	-
Prejuízo fiscal sem constituição de imposto diferido	(1.707.174,35)	47.910,48
Outras exclusões (adições) permanentes	-	(171.626,17)
Despesa de imposto de renda e contribuição social apresentada na demonstração do resultado	93.587,71	(2.370.304,51)
(Despesa)/Crédito de imposto de renda e contribuição social – correntes	-	368.669,95
Crédito/(Despesa) de imposto de renda e contribuição social - diferidos	93.587,71	(2.738.974,46)
Alíquota efetiva	2%	36%

10. Imobilizado

A movimentação do imobilizado durante o exercício de 2024 e 2023 está sumarizada da seguinte forma:

	Vida útil	Taxa anual de depreciação - %a.a.	31 de dezembro de		Adição	Depreciações	31 de dezembro de	
			2023				de 2024	
Terrenos e imóveis	25 a 60 anos	1,67%	12.860.289,07	-	-	(490.358,04)	12.369.931,03	
Equipamento de informática	5 a 15 anos	6,67%	724.461,21	-	-	(235.671,90)	488.789,31	
Máquinas e equipamentos	3 a 28 anos	3,57%	1.167.304,63	207.022,71	207.022,71	(185.311,08)	1.189.016,26	
Móveis e utensílios	1 a 10 anos	10,00%	1.137.577,96	49.261,00	49.261,00	(149.682,36)	1.037.156,60	
Imobilizado em andamento	-	-	5.549.500,18	128.820,53	128.820,53	-	5.678.320,71	
Total			21.439.133,05	385.104,24	385.104,24	(1.061.023,38)	20.763.213,91	

11. Intangível

	Vida útil	31 de dezembro de		31 de dezembro de	
		2023	Amortização	2024	Amortização
Softwares	20% a.a.	155.574,74	(19.528,92)	136.045,82	(19.528,92)
		155.574,74	(19.528,92)	136.045,82	(19.528,92)

12. Fornecedores

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Duplicatas a pagar	196.495,01	194.255,55
	196.495,01	194.255,55



Hospital São Lucas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Expresso em Reais)

13. Salários a pagar

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Salários a pagar	955.762,56	817.993,76
Férias a pagar	3.211.885,67	2.817.382,43
Contribuições sindicais e assistenciais	19.508,50	-
	4.187.156,73	3.635.376,19

14. Tributos e encargos sociais a recolher

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Imposto sobre serviços (ISS)	116.809,84	171.175,65
Contribuição previdenciária	477.980,99	396.217,32
FGTS	164.196,41	137.805,28
PIS e COFINS	157.353,86	206.866,02
Contribuições sindicais e assistenciais	11.225,22	20.890,25
Impostos devidos a recolher	927.566,32	932.954,52
Imposto de renda - funcionários	204.429,92	170.310,03
Imposto de renda - terceiros	24.866,85	22.865,55
Imposto sobre serviços	1.369,26	9.196,01
Contribuição previdenciária retida	4.413,24	32.294,60
Retenção PIS/COFINS/CSLL	92.226,59	95.220,00
Impostos retidos a recolher	327.305,86	329.886,19
	1.254.872,18	1.262.840,71

15. Outros passivos

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Recebimento antecipado cliente	3.501.519,34	43.627.469,09
Débitos diversos	89.267,72	82.208,64
Débitos de operações de assistência à saúde e não relacionados com planos	1.808.736,43	1.624.961,16
Outros	5.319.251,76	(224.973,09)
	10.718.775,25	45.109.665,80
Circulante	5.399.523,49	45.334.638,89
Não circulante	5.319.251,76	(224.973,09)

16. Provisões para ações judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos que tramitam perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, cíveis.

Para as contingências consideradas com provável, e, também, independentemente do prognóstico de perda, todos os processos cuja lide enseja obrigação originada em lei, são apresentados como segue:



Hospital São Lucas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Expresso em Reais)

(a) Composição

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Trabalhistas	1.123.476,73	556.743,02
Cíveis	14.453.259,54	13.025.700,12
	15.576.736,27	13.582.443,14

(b) Movimentação

	Trabalhista	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	142.503,25	7.081.738,59	7.224.241,84
Provisão/(Reversão)	602.108,75	3.624.491,16	4.226.599,91
Pagamentos	(233.369,33)	880.018,67	646.649,34
Atualização monetária	45.500,35	1.439.451,70	1.484.952,05
Saldo em 31 de dezembro de 2023	556.743,02	13.025.700,12	13.582.443,14
Provisão/(Reversão)	223.834,96	-	223.834,96
Pagamentos	(167.455,46)	-	(167.455,46)
Compensação	499.574,56	1.427.067,67	1.926.642,23
Atualização monetária	10.779,65	491,75	11.271,40
Saldo em 31 de dezembro de 2024	1.123.476,73	14.453.259,54	15.576.736,27

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentara outras ações de naturezas regulatórias, cíveis e trabalhistas que, de acordo com consultores jurídicos, apresentam probabilidades de perda possível, motivo pelo qual não foram provisionadas.

17. Patrimônio líquido**Capital Social**

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social é de R\$ 53.650.000,00 (R\$ 10.400.000,00 em 31 de dezembro de 2023), totalmente subscrito e integralizado, representado por 268.254 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (52.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, em 31 de dezembro de 2023).

Ato Societário	Qtde de ações	Valor da ação - R\$	Aumento de capital - R\$
Assembleia Geral Extraordinária – 24 de junho de 2024	216.254	200,00	43.250.000,00
	216.254		43.250.000,00

18. Receita operacional líquida de serviços

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Prestação de serviços médico-hospitalar	65.951.600,08	73.730.458,92
Receitas de serviços prestados	65.951.600,08	73.730.458,92
(-) Tributos diretos de prestação de serviços médico-hospitalar	(5.169.583,82)	(4.901.930,71)
Impostos sobre serviços prestados	(5.169.583,82)	(4.901.930,71)
Receitas líquidas de serviços prestados	60.782.016,26	68.828.528,21

Hospital São Lucas S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2024

(Expresso em Reais)

19. Custos e despesas

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Custos dos serviços prestados	(74.355.186,94)	(68.329.929,76)
Depreciações e amortizações	(1.080.552,30)	(1.063.822,99)
	(75.435.739,24)	(69.393.752,75)

20. Despesas Administrativas

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Pessoal	(231.084,97)	-
Serviços de terceiros	(8.316,48)	-
Provisão para contingências	-	6.339.243,43
	(239.401,45)	6.339.243,43

21. Outras receitas (despesas), líquidas

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Receita de aluguéis	8.717.445,16	227.871,06
	8.717.445,16	227.871,06

22. Resultado financeiro

	31 de dezembro de	
	2024	2023
Receitas financeiras		
Receitas com aplicações financeiras ¹	316.289,95	1.311,40
Juros recebidos	136.096,24	297.457,16
Variação monetária ativa	527.824,62	344.074,70
Descontos obtidos	46.549,40	52.765,61
	1.026.760,21	695.608,87
Despesas financeiras		
Variação monetária passiva	(67.647,32)	(21.044,94)
Multas e juros	-	(316,18)
Tarifas bancárias	(79.792,60)	(68.522,52)
Descontos concedidos	(0,04)	(1,01)
	(147.439,96)	(89.884,65)
Resultado financeiro líquido	879.320,25	605.724,22

23. Partes relacionadas

	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
São Lucas Saúde S.A.	-	2.809.920,10	-	3.501.000,00	27.079.273,23	32.544.682,18	-	-
Notre Dame Intermédica Saúde S.A.	1.065.704,84	2.322.012,67	-	19.610.756,81	29.912.614,15	28.220.590,62	2.237.505,37	1.689.563,13
São Lucas Serviços Médicos LTDA	-	-	-	-	170.774,66	-	-	-
Clinipam – Clínica Paranaense de Assistência Médica	-	-	-	-	-	1.178,23	-	-
Hapvida Assistência Médica S.A.	443,95	-	-	-	131.969,39	-	82.090,03	-
HB Saúde S.A.	324,00	-	-	-	95.977,75	-	-	-
	1.066.472,79	5.131.932,77	-	23.111.756,81	57.390.609,18	60.766.451,03	2.319.595,40	1.689.563,13

Hospital São Lucas S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
(Expresso em Reais)

24. Cobertura de seguro

A Companhia adota política de contratar cobertura de seguros que considera, principalmente a concentração de riscos e sua relevância. Os seguros contratados por montantes considerados suficientes pela Administração, levando-se em consideração a natureza de suas atividades.

25. Gerenciamento de riscos

Os principais riscos decorrentes dos negócios são os riscos de crédito e de liquidez. A Administração desses riscos envolve diferentes departamentos, e contempla uma série de políticas e estratégias de alocação de recursos consideradas adequadas e suficientes pela Administração.

(i) Risco de mercado

A Companhia possui uma política formalizada para realizar investimentos e para utilizar instrumentos financeiros em suas atividades.

A política de investimentos possui as seguintes premissas:

- limitar a exposição a riscos de crédito, liquidez, mercado, operacional e legal quanto às aplicações financeiras, garantindo a preservação do patrimônio de longo prazo da Companhia;
- manter uma gestão eficiente e otimizada a fim de garantir a suficiência de caixa;
- não transacionar derivativos de qualquer natureza ou moedas estrangeiras e ativos financeiros com exposição cambial, ressalvadas quando tiverem por finalidade constituição de hedge para passivos financeiros ou operacionais;
- investir em fundos de investimentos abertos, restritos ou dedicados, dos quais sejam cotistas de:
 - a) títulos públicos federais;
 - b) títulos ou valores mobiliários emitidos por instituição financeira;

Periodicamente, a área financeira consolida indicadores e relatórios de gestão dos investimentos e dos instrumentos financeiros em uma análise detalhada da distribuição, riscos, vencimentos, rendimentos, desempenhos e resultados, abordando os aspectos mais relevantes do ambiente macroeconômico e garantindo alinhamento à política de investimentos em instrumentos financeiros.

O risco de mercado também contempla o acompanhamento pela Companhia do risco de taxa de juros de forma tempestiva, sendo monitoradas eventuais oscilações e, quando aplicável, avaliadas contraprestações de instrumentos de proteção.

(ii) Risco operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional tem o objetivo de mitigar a materialização de riscos que possam resultar em prejuízos à qualidade das operações durante a disponibilização da cobertura contratada e/ou a prestação de serviços. A identificação dos riscos operacionais e controles a eles associados é realizada através do mapeamento dos fluxos organizacionais, de modo que, quando identificados, procede-se à quantificação dos impactos de tais riscos, considerando o padrão esperado quanto à sua frequência e gravidade por meio de metodologias específicas a cada risco avaliado.



Hospital São Lucas S.A.*Notas explicativas às demonstrações financeiras**Exercício findo em 31 de dezembro de 2024**(Expresso em Reais)*

Cabe ressaltar que ações mitigatórias são relevantes para propiciar um ambiente com maior estabilidade e controle, na medida em que tem propósito efetivamente preventivo. Nesse sentido, a implantação de protocolos de procedimentos que orientam a atuação dos profissionais que atuam na operação dá uma relevante contribuição para que os serviços sejam executados dentro dos padrões técnicos e de segurança estabelecidos pelas áreas responsáveis pela elaboração dos manuais. Adicionalmente, existem áreas de controle com funcionamento 24 horas que monitoram em tempo real os principais indicadores de atendimento ao usuário nas unidades da Companhia. Ambas as ferramentas são importantes instrumentos para identificação de situações fora do padrão esperado, permitindo uma atuação ágil e eficaz da Administração antes que ocorram desdobramentos com impactos na operação.

(iii) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria a prejuízo financeiro. A Companhia está exposta aos riscos de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contraprestações a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

Caixa e equivalente de caixa

A Companhia detinha saldo de R\$ 474.509,99 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.831.021,88 em 31 de dezembro de 2023), composto majoritariamente por saldos em caixa e bancos. Os saldos são mantidos em bancos e instituições financeiras que possuem rating entre AA e AA+, conforme lista divulgada pela Fitch, além de possuírem conversibilidade imediata em caixa e estarem sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

(iv) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldade em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

* * *

Fernando Miguel Augusto
Diretor de Contabilidade
CRC SP 319932/O-0

Emanuel Oliveira Jorge de Lima
Gerente de Contabilidade

Thiago Fontelles Freitas
Gerente Contábil – Demonstrações Financeiras

